



DEFENSORIA PÚBLICA  
AMAPÁ

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO SETORIAL

MONITORAMENTO TRIMESTRAL DOS PROGRAMAS E AÇÕES DA DEFENSORIA PÚBLICA

U.O.: 050101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

PPA 2020-2023

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DE MONITORAMENTO DO 1º TRIMESTRE/2020  
(janeiro, fevereiro, março/20)

PROGRAMA: 0074 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA

<b>OBJETIVO:</b>	Aquisição de softwares para logística de transporte e abastecimento para otimizar gastos; Estruturar o sistema de tecnologia da informação com equipamentos modernos; Aperfeiçoar a gestão de recursos humanos; Reestruturar a organização administrativa da Defensoria Pública; Captar Recursos.
<b>PÚBLICO ALVO:</b>	Membros, servidores, assistidos, estagiários, fornecedores
<b>JUSTIFICATIVA:</b>	A Defensoria Pública é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, assim considerados, na forma do inciso LXXIV, Art. 5º, da Carta Magna. É, portanto, um órgão autônomo, que está em processo de transformação de amadurecimento institucional, no qual demanda, cada vez mais, a profissionalização de seus recursos humanos e a otimização dos recursos materiais disponíveis, de forma a garantir o funcionamento e a operacionalização dos serviços prestados aos cidadãos hipossuficientes e vulneráveis, contribuindo para o cumprimento de sua missão constitucional e essencial à função jurisdicional do Estado.
<b>EIXO ESTRATÉGICO:</b>	Eixo 5 - Outros Poderes, mais MPE, TCE e DPE

Análise do Status do Programa

PPA 2020 (R\$)	Dotação Inicial OGE 2020 (R\$)	Dotação Atualizada OGE 2020 (R\$)	Realizado 2020 (R\$)	% Execução	Status do programa
22.414.901,00	23.361.503,00	24.361.503,00	4.536.581,24	18,62	Em andamento

**Análise do Programa:** Os valores orçamentários relativos ao Programa Gestão e Manutenção da Defensoria Pública, foram distribuídos nas seguintes ações: Equipar as unidades da Defensoria Pública; Remuneração, Pagamento de Benefícios e Encargos Sociais dos Servidores da DPE-AP; Manutenção da Gestão Administrativa da Defensoria Pública e Oportunizar Estágios para Estudantes e Residência para bacharéis. No primeiro trimestre, foram executados 18,62%, equivalente a R\$ 4.536.581,24 (quatro milhões quinhentos e trinta e seis mil quinhentos e oitenta e um reais e vinte e quatro centavos), relativo à dotação orçamentária inicial no valor de R\$ 23.361.503,00 (vinte e três milhões trezentos e sessenta e um mil e quinhentos e três reais), havendo neste trimestre uma suplementação no orçamento conforme D.O.E. Nº 7.137, de 12/03/2020 e Decreto nº 0969, de 12/03/2020 no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Ressalta-se que o programa está em andamento, considerando o plano de investimentos para o exercício. Além disso, foram estimadas aquisições de equipamentos (processos de compra-investimentos - meta física), para atender a Gestão e Manutenção da DPE e seus núcleos de atendimentos.

**Quadro de Avaliação Física e Financeira das Ações**

Ação	Financeiro			Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dotação Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	Execução %		Programado	Executado	Execução %
<b>2019 - Equipar as Unidades da Defensoria Pública do Estado</b>	404.000,00	-	-	Unidades Aparentadas	11	-	-

**Análise da Ação:** Esta ação tem como objetivo aparelhar a Defensoria Pública (sede e núcleos regionais) a partir da aquisição de veículos, móveis, equipamentos e instalações modernas, padronizadas e acessíveis, propiciando o aumento da qualidade do serviço prestado ao cidadão hipossuficiente e vulnerável, ao mesmo tempo em que se cria um ambiente organizacional mais agradável e motivador aos membros e servidores da Defensoria Pública, reforçando a sua finalidade pública. No primeiro trimestre de 2020 foram formalizados processos licitatórios para futuras aquisições de equipamentos de informática, tais como: impressoras, scanners, servidor, switch, computadores tipo desktop, notebooks e outros materiais permanentes. Em virtude, desta formalização, estima-se que os processos de aquisição só sejam concluídos pela CPL/DPE no segundo trimestre deste exercício.

O valor destinado para este investimento foi orçado em R\$ 404.000,00 (quatrocentos e quatro mil reais). Quanto à meta física, ressalta-se que os itens adquiridos irão atender as necessidades logísticas e tecnológicas da DPE, Núcleos de Atendimento Especializados e Núcleos Regionais, localizados em outros municípios do estado, totalizando 12 unidades a serem atendidas.

**Nota Explicativa:** Ressaltamos que a meta física programada nesta ação e conforme consta no PPA 2020-2023 necessita de correção, em decorrência de lançamento equivocado junto ao Sistema SiafeAP, onde se lê: Meta Física Programada: 11 unidades mantidas; Leia-se: Meta Física Programada/Ano: 12 unidades equipadas, considerando que os itens adquiridos deverão atender as unidades da DPE no Estado. Esta correção será feita quão logo o cronograma de ajustes do PPA esteja disponível.

**Quadro de Avaliação Física e Financeira das Ações**

Ação	Financeiro			Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dotação Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	Execução %		Programado	Executado	Execução %
<b>2020 - Remuneração, Pagamento de Benefícios e Encargos Sociais dos Servidores da DPE-AP</b>	21.419.341,00	4.494.534,90	20,98	Servidor Remunerado	260	224	86,15

**Análise da Ação:** Esta ação tem como objetivo garantir o pagamento da remuneração mensal dos defensores públicos de carreira, comissionados e demais servidores ativos, incluindo-se os respectivos encargos sociais, auxílios e outros benefícios de caráter indenizatório. Considerando que o valor inicial orçado para esta ação é de R\$ 21.419.341,00 (vinte e um milhões, quatrocentos e dezenove mil, trezentos e quarenta e um reais), ressalta-se que no primeiro trimestre de 2020 foi executado o valor de R\$ 4.494.534,90 (quatro mil quatrocentos e noventa e quatro reais, quinhentos e trinta e quatro reais e noventa centavos), equivalente ao percentual de 20,98% do inicial. O quantitativo de servidores remunerados neste trimestre, respectivamente nos meses de janeiro, fevereiro e março, são: 222, 224 e 226, representando uma média de 224 servidores e membros remunerados da instituição, apresentando, portanto 86,15% da execução programada.

**Quadro de Avaliação Física e Financeira das Ações**

Ação	Financeiro			Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dotação Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	Execução %		Programado	Executado	Execução %
<b>2021 - Manutenção da Gestão Administrativa da Defensoria Pública</b>	2.451.762,00	42.046,34	1,71	Unidade Mantida	11	12	109,09

**Análise da Ação:** Esta ação tem como objetivo assegurar a operacionalização das atividades finalísticas e administrativas da Defensoria Pública do Estado do Amapá, por meio da manutenção dos contratos com fornecedores, aquisição de materiais de consumo, pagamento de diárias a membros e servidores, concessão de suprimento de fundos, e ampliação e reforma das unidades físicas

Diante da Dotação Orçamentária programada, no primeiro trimestre houve uma execução de R\$ 42.046,34 (quarenta e dois mil, quarenta e seis reais e trinta e quatro centavos), representando um percentual de 1,71%, assim distribuídos: 0,14% em diárias, 0,04% em passagens e despesas com locomoção, 1,08% com locação de mão de obra e 0,43% em outros serviços de terceiro - pessoa jurídica (locação de impressoras, serviços bancários, vale transporte, token e seguro DPVAT). Em relação à meta física programada, a execução ultrapassou 9,09% do previsto, em decorrência do quantitativo de unidades físicas mantidas pela DPE/AP (Núcleos Regionais e Núcleos Especializados). Neste período não houve concessão de suprimentos de fundos e nem ampliação e reforma das unidades físicas.

**Nota Explicativa:** Ressaltamos que a meta física programada nesta ação, que consta no PPA 2020-2023, necessita de correção junto Sistema SifaeAP, visto que o indicador usado para medir o desempenho desta ação será o quantitativo de unidades mantidas, portanto, onde se lê: Meta Física Programada: 11 unidades mantidas; Leia-se: Meta Física Programada/Ano: 12 unidades mantidas, considerando que os produtos e serviços contratados deverão atender as unidades da DPE no Estado.

**Quadro de Avaliação Física e Financeira das Ações**

Ação	Financeiro			Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dotação Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	Execução %		Programado	Executado	Execução %
<b>2022 - Oportunizar Estágios para Estudantes e Residência para Bacharéis</b>	86.400,00	-	-	Pessoas	10	0	0,00

**Análise da Ação:** Esta ação tem como objetivo oferecer o desenvolvimento de estágio supervisionado no ambiente de trabalho da Defensoria Pública a educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos, visando à preparação para o trabalho produtivo, por meio da prática em atividades específicas, compatíveis com a sua formação e experiência.

A composição orçamentária inicial desta ação é de R\$ 86.400,00 (oitenta e seis mil e quatrocentos reais), mas devido à pandemia declarada no mês de março e com a publicação do Decreto nº 1413 de 19 de março de 2020 que declarou estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Amapá para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus) e também a DPE através do Ato Administrativo nº 01 que dispõe sobre o funcionamento das unidades da Defensoria Pública do Estado do Amapá estabeleceu o regime de tele trabalho, com medida de prevenção ao Coronavírus, com isso interferiu na programação de voltas as aulas, e não realização de muitas atividades não essenciais, por este motivo não houve contratação de estagiários para prestarem serviços na Defensoria Pública.

**Nota Explicativa:** A meta física para esta ação, conforme consta no PPA 2020-2023 é de 120/ano (sendo 10 contratações mensais), mas devido a um equívoco de lançamento junto ao sistema SifaeAP, consta como lançado 10/ano, e o quantitativo seria de 30 (por trimestre). Esta correção será feita quão logo o cronograma de ajustes do PPA esteja disponível.

**PROGRAMA: 0075 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA AOS HIPOSSUFICIENTES E VULNERÁVEIS**

<b>OBJETIVO:</b>	Promover a cidadania emancipatória, difundir os direitos fundamentais e fortalecer a imagem institucional, por meio da prestação de orientação jurídica, da promoção dos direitos humanos e da defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal.
<b>PÚBLICO ALVO:</b>	Cidadãos hipossuficientes e grupos vulneráveis
<b>JUSTIFICATIVA:</b>	A Defensoria Pública tem como compromisso garantir atendimentos individuais e coletivos de forma integral e gratuita aos hipossuficientes e grupos vulneráveis, haja vista o elevado índice de desempregados no Estado do Amapá, com isso, é visível a escassez financeira para que este cidadão possa bancar os custos da contratação de um profissional particular para patrocinar os litígios decorrentes da falta de efetividade dos direitos individuais e coletivos. Vislumbra-se a necessidade desses hipossuficientes e vulneráveis serem defendidos pelos defensores públicos do Estado, de forma, a realizar ações de promoção maciça dos direitos humanos e da cidadania.
<b>EIXO ESTRATÉGICO:</b>	Eixo 5 - Outros Poderes, mais MPE, TCE e DPE

**Análise do Status do Programa**

<b>PPA 2020 (R\$)</b>	<b>Dotação Inicial OGE 2020 (R\$)</b>	<b>Dotação Atualizada OGE 2020 (R\$)</b>	<b>Realizado 2020 (R\$)</b>	<b>Execução %</b>	<b>Status do programa</b>
22.414.901,00	80.000,00	80.000,00	7.710,57	9,64	Em andamento

**Análise do Programa:** O programa Assistência Jurídica Integral e Gratuita aos Hipossuficientes e vulneráveis, foi distribuído no exercício de 2020 na ação Defesa e Promoção dos Direitos dos Hipossuficientes e Vulneráveis. A dotação inicial atualizada é um montante de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), que foi distribuído em duas naturezas de despesas, 339014 (diárias civil) e 339039 (Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Jurídica). Foi executado no primeiro trimestre um valor de R\$ 7.710,57 (sete mil, setecentos e dez reais e cinquenta e sete centavos), todos no elemento de despesa 3.3.90.14, refletindo 9,64% do valor inicial. O programa está em andamento e será executado durante todo o exercício.

**Quadro de Avaliação Física e Financeira das Ações**

Ação	Financeiro			Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dotação Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	Execução %		Programado	Executado	Execução %
<b>2023 - Defesa e Promoção dos Direitos dos Hipossuficientes e Vulneráveis</b>	80.000,00	7.710,57	9,64	Pessoas	50.745	39.452	77,99

**Análise da Ação:** Esta ação tem como objetivo promover a cidadania emancipatória, difundir os direitos fundamentais e fortalecer a imagem institucional, por meio da prestação de orientação jurídica, da promoção dos direitos humanos e da defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do Art. 5º da Constituição Federal.

No primeiro trimestre de 2020 foi executado o valor de R\$ 7.710,57 (sete mil, setecentos e dez reais e cinquenta e sete centavos) da dotação inicial, representando um percentual de 9,64% da execução financeira. Este valor liquidado foi para pagamento de diárias de membros e servidores da Instituição, nos quais, tivemos participação da Defensoria Pública na cidade de Belém/PA com o objetivo de participar do evento da "Defensoria Pública sem Fronteiras", que ocorreu no período de 28/01 a 05/02/2020. Também houve a presença da Defensoria Pública na Jornada Itinerante Fluvial, realizada no Arquipélago do Bailique, no período de 01 a 06/03/2020, ressaltamos também a designação extraordinária da Defensora Pública que atuou no atendimento especial das famílias vítimas no local do naufrágio do navio Anna Karoline II, no período de 04 a 06 de março de 2020.

Em relação ao número de cidadãos atendidos obteve-se 39.452. A meta física representou um percentual de 77,75%, não atingindo a execução em 100%. No mês de março foi publicado o Decreto nº 1413 de 19 de março de 2020 que declarou estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Amapá para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus) e também a DPE através do Ato Administrativo nº 01 que dispõe sobre o funcionamento das unidades da Defensoria Pública do Estado do Amapá estabeleceu o regime de tele trabalho, com medida de prevenção ao Coronavírus. Com isso, os atendimentos presenciais foram suspensos, mas a DPE seguiu na missão de garantir os direitos a população aos hipossuficiente e grupos vulneráveis realizando ações nos Núcleos Especializados e Núcleos Regionais, uma parte presencial e outra parte de forma virtual, tais como:

**NUDECIV:** O Núcleo Especializado Civil participou através dos Defensores Públicos, entre as atividades elencadas a seguir: membro do Conselho Estadual de Defesa do Consumidor - COEDECON; Participação na Audiência Pública Violência Obstétrica; Emissões de recomendações ao NAECA, CEA, Secretarias de Assistência Social e aos comerciantes de Macapá, para que não aumentem injustificadamente e abusivamente os preços de produtos essenciais durante o período de enfrentamento ao COVID-19, dentre outras práticas abusivas. Houve também a emissão de notas públicas relativas ao isolamento social, dentre as recomendações de auxílio realizadas no interior. O Defensor concedeu entrevista à Rede Amazônica em relação ao COVID-19 e Recomendação a leitos de isolamento, neste período o NUDECIV não realizou audiências judiciais, conforme resolução do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

**NUDEFAM:** O Núcleo Especializado de Família, através de seus membros, participaram de reuniões com o Conselho Tutelar-Zona Sul, com representantes do INCRA e Médicos Legistas da POLITEC/AP cujo objetivo foi ampliar o conhecimento acerca das demandas relacionadas à comunidade quilombolas; participação em evento Itinerante Terrestre na região distrital de Abacate da Pedreira e no Mutirão na Escola Militar Afonso Aires de Melo, no município de Santana/AP; Atuações em grupos de trabalhos, tais como: Grupo de Apoio Emergencial ao Naufrágio do Anne Karoline III; Grupo de Trabalho Extraordinário do COVID-19 da DPE-AP; Grupo Interinstitucional do COVID-19 (com MPE, MPF, MPT e DPU) e Grupo de Trabalho Extraordinário de Políticas Urbanas da DPE-AP: envio de recomendação e pedido de informações ao TJAP sobre reintegração de posse. Participação de uma roda de conversa com mulheres vítimas de violência doméstica - 10/03/2020, e entrevista concedidas à RECORD sobre alimentos gravídicos e rádio CBN para dar informações acerca da suspensão de atendimento na DPE/AP e demais demandas ao longo do trimestre.

**NUDECRIM:** O Núcleo Especializado Criminal realizou visita a todos os presos da 2ª Vara Criminal para realização de entrevistas e providências em seus processos e também visita junto a POLITEC, para analisar as questões do naufrágio do Navio Anne Karoline III; Participação no Mutirão do IAPEN para os presos provisórios da 2ª Vara Criminal em conjunto com a Defensora Julia Lafayette; Participação nos eventos Primeiras Impressões da Lei 13.964/2019, realizado no auditório da

DPE/RJ e FESUDEPERJ no dia 24.01.2020 e 8M na Praça Floriano Peixoto em 08/03/2020, participação na Jornada da Leitura do Cárcere, evento realizado pelo CNJ em parceria com o Observatório do Livro na modalidade online nos dias 05, 06 e 07/02/2020 e Depoimento especial de criança e adolescente: Curso realizado pelo EJAP/ENFAM na modalidade presencial nos dias 10 e 11/02/2020, tendo como Defensora participante a Dra. Raphaella Camargo; I Encontro Regional dos Defensores e Defensoras Públicos do Centro-Oeste, Congresso realizado nos dias 05 e 06/03/2020; Judiciário, sistema penal e sistema socioeducativo: questões estruturais e mudanças necessárias - Seminário no CNJ realizado nos dias 03 e 04/03/2020; Criminologia na pandemia - Aula aberta com o Prof. Dr. Maurício Dieter realizada no dia 26/03/2020 (zoom meeting id: 439164-901); Participação no curso sobre Educação em Direitos com o Defensor Público Fábio Santos, promovido pela ADEPAP em 12/03/2020 e 13/03/2020. Também houve participações em reuniões no IAPEN, diligência realizada em conjunto com Defensores e Auxiliar, no dia 04/02/2020 com o objetivo de providenciar documentação de assistido; Reunião preparatória para a realização da Semana Estadual da Acessibilidade no TJAP como representante da DPE-AP em 09/03/2020; Audiência Pública - Parir em Macapá: Relatos e mobilização sobre violência obstétrica, realizada no dia 18/02/2020 na DPE/AP; Roda de conversa com vítimas de violência doméstica – Semana Paz em Casa – JVD; Palestra na Escola Estadual Tiradentes, sobre masculinidade tóxica, em alusão à Semana da Paz em Casa, com parceria do TJAP e CNJ - Dia: 09/03/2020; e, participação em programas de rádio/televisão, entre eles: Entrevista Televisiva para a BAND, Record e SBT - Dia 09/03/2020; Entrevista para a afiliada da Rede Globo no Amapá sobre a Roda de conversa realizada pela DPE-AP na Semana Paz em Casa em 10/03/2020 e entrevista para a TV Record, em 31/03/2020, sobre o pedido realizado pela Defensoria Pública no Habeas Corpus coletivo para a concessão de prisão domiciliar para as mulheres presas provisórias com filhos menores de doze anos.

**NAECA:** O Núcleo de Atendimento à Criança e ao Adolescente, através dos seus defensores, realizaram visitas Institucionais ao Conselho Tutelar Zona Sul, Visita à POLITEC para reunião com médico perito e psicóloga perita para tratar de caso que envolve os interesses de adolescente assistido pela DPE/AP; Comparecimento na POLITEC para prestar assistência jurídica às famílias das vítimas do acidente envolvendo o Navio Anna Karoline III; Foram várias reuniões no trimestre, nos quais podemos citar: Reunião com servidores da FCRIA para tratar da operacionalização da Comissão Administrativa Disciplinar nas Unidades socioeducativas, realizada no CESEIN no dia 28 de janeiro, reunião ordinária da “Rede Abraça-me”, realizada no auditório da SIMS no dia 31 de janeiro, reunião Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, no dia 19/02/2020, reunião do Núcleo Estadual de Educação Permanente - NUEP/SIMS, no dia 06/02/2020, reunião ordinária do CEAS, em 13/02/2020, reunião Ordinária Comissão Técnica de Políticas Públicas de Assistência Social, no dia 20/02/2020, Reunião realizada com o Juiz titular da Vara de Execução de Medidas Públicas Esclepiades Neto, o Promotor de Justiça Alexandre Monteiro, a Presidenta da FCRIA Andrezza Melo, a Defensora Pública Yáskara Xavier e Policiais Militares integrantes do 8º Batalhão acerca da implantação de um plano de segurança externa para as Unidades de Internação, realizada pelo aplicativo Zoom no dia 17 de março, reunião realizada com o Juiz titular da Vara de Execução de Medidas Públicas Esclepiades Neto, o Promotor de Justiça Alexandre Monteiro, a Presidenta da FCRIA Andrezza Melo e integrantes do Comissariado da Infância para tratar sobre a tomada de providências relacionadas à Covid-19 no âmbito do sistema socioeducativo, realizada pelo aplicativo Zoom no dia 23 de março; Recomendações conjuntas (DPE, DPU, MPF, MPE) sobre a Notificação Compulsória dos casos suspeitos de COVID-19; Recomendação ao Prefeito e ao Secretário de Educação Municipal de Tartarugalzinho, expedida em 31/03/2020; Recomendação ao Prefeito e ao Secretário de Educação Municipal de Oiapoque, expedida em 31/03/2020; Recomendação ao Prefeito e ao Secretário de Educação Municipal de Amapá expedida em; 31/03/2020; Recomendação ao Prefeito e ao Secretário de Educação Municipal de Laranjal do Jarí, expedida em 31/03/2020; Recomendação para a Secretaria de Educação do Estado do Amapá; Secretaria de Inclusão e Mobilização Social do Estado do Amapá; Secretaria de Educação do Município de Macapá e Secretaria de Assistência Social e Trabalho relativa à manutenção da alimentação dos alunos da rede pública de ensino durante o período de suspensão das aulas. Realização de audiência pública; Atendimento Jurídico com todas as adolescentes recolhidas no CIFEM; Participação no curso de Capacitação em Educação em Direitos coordenado pelo Defensor Público do Estado de Rondônia Fábio Santos, realizado nos dias 12 e 13 de março na sede da ADEPAP, e Entrevistas para rádio/televisão, nos quais: Televisivo programa de rádio “Café com Notícias” sobre o Mandado de Segurança impetrado pelos Defensores do NAECA contra a Portaria 01/2020 do Juizado da Infância de Macapá, que proibiu a entrada e a permanência de crianças menores de 05 anos em todas as festividades do Carnaval, mesmo se acompanhadas dos pais ou responsáveis – 19 de fevereiro de 2020; entrevista para o Jornal do Amapá, da Rede Amazônica sobre o já citado Mandado de Segurança – 20 de fevereiro de 2020; entrevista para o Programa Balanço Geral sobre a Recomendação do NAECA para as Secretarias de Educação e Assistência Social, em âmbito estadual e municipal (Macapá), para garantir a manutenção da alimentação dos alunos da rede pública de ensino que tiveram as suas aulas suspensas; entrevista para o site Seles Nafes sobre a já citada Recomendação e outras atividades ao longo do trimestre.

**NUPEN:** O Núcleo Especializado Execução Penal realizou acompanhamento de oitivas dos assistidos no IAPEN (Cadeião, Anexo - Semi-aberto e Aberto, Penitenciária Feminina), além de participar do Conselho da Comunidade por ser membro nato (art. 80, Lei de Execuções Penais); Participações em reuniões, entre elas: Reunião com o Diretor da POLITEC dia 05/03/2020 para organizar atuação da Defensoria Pública; Reunião com autoridades oficiais para tratar de problemas no IAPEN; Reunião via Zoom com o Juiz da Execução Penal, a Promotoria de Execução Penal e o Diretor do IAPEN para providências a respeito da pandemia, e ações para evitar a dissipação no presídio; Reunião com o grupo de apoio formado no dia 06/03/2020 para definir estratégias de atuação; Reunião para realização de Audiência Pública no dia 12/02/2020; Reunião da Comissão de Igualdade étnico Racial da Associação Nacional de Defensores Públicos (08/03/2020); Participação do NUPEN no Seminário Racismo Religioso - atividade que marcou o Dia de Combate à Intolerância Religiosa na UEAP; Seminário Carreiras Jurídicas no dia 19/02/2020 às 19 horas no auditório da OAB/AP a convite da Universidade Federal do Amapá; Organização da Audiência Pública Parir em Macapá ocorrida dia 18/02/2020 no espaço de atendimento da Defensoria Pública do Estado; Organização e Participação do Mutirão Carcerário de Atendimento no Presídio feminino no dia 18/02/2020 na parte da manhã; Participação e Organização das atividades do dia 8 de Março em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, na Praça Floriano Peixoto em Macapá; Participação no Programa Defensoria sem Fronteiras do dia 28 a 13 de fevereiro, com a análise da situação processual dos reeducandos e atendimento no Complexo Penitenciário de Santa Isabel; Entrevistas para a rede Record no dia 18 de fevereiro de 2020 em razão da organização da Audiência Pública Parir em Macapá; G1 no dia 19 de fevereiro sobre a Audiência Pública e para o jornal Seles Nafes sobre a realização da audiência pública.

**NÚCLEO REGIONAL DE FERREIRA GOMES:** Este Núcleo atua também nos Postos Avançados de Cutias do Araguari e Itaupal do Píririm. Através dele, houve participação em eventos com pertinência institucional como a Jornada Itinerante no Posto Avançado de Itaupal do Píririm e no Posto Avançado de Cutias do Araguari. Também realizou procedimento preliminar na Ação Civil Pública na Comunidade de São Francisco do Iratapuru - Ausência de Titulação nas propriedades da comunidade.

**NÚCLEO REGIONAL DE LARANJAL DO JARÍ:** Este Núcleo, por meio da Portaria nº 17/2020 - DPE/AP, o Defensor Público Ronald da Luz atuou entre os dias 15 a 24 de janeiro no Núcleo Especializado de Execução Penal auxiliando na implementação do núcleo, realizando audiências em processos administrativos disciplinar e peticionamento de incidentais da execução penal; Participação da "Comenda do Amapá Jovem" da Defensora Nicole Vasconcelos e Luma Pacheco, recebendo a comenda em reconhecimento às ações de personalidades e parceiros em prol do Programa Amapá Jovem - PAJ - referente ao ano de 2019, no dia 21/01/2020 na Câmara de Vereadores de Laranjal do Jarí. Realização de visitas, entre elas: visita a Casa de Acolhimento para conhecer o espaço, verificar as demandas e acompanhar o caso das adolescentes acolhidas; Visita a Delegacia de Polícia para constatar as estruturas internas, visita ao juízo da execução penal para tratar sobre o transporte de presos. Procedimento Preliminar Ação Civil Pública: Comunidade de São Francisco do Iratapuru – Ausência de energia elétrica na comunidade. Além da participação de diversas reuniões, como: Reunião com o CREAS para organizar o planejamento da atuação conjunta trabalhando com os adolescentes que cumprem medidas de meio aberto, realizando rodas de conversas, utilizando-se da metodologia restaurativa, no dia 24/01/2020, no CREAS - Laranjal do Jarí; Reunião com líderes da Comunidade das Malvinas (reivindicações por melhorias nas passarelas; Reunião extraordinária com o comandante geral do corpo de bombeiros e com o prefeito do município, representante do poder executivo, para tomar as primeiras medidas urgentes quanto às vítimas ou familiares que decidissem vir para o município; Reunião na secretaria municipal de saúde; Reunião da Comissão para a discussão e criação do Plano Municipal da Primeira Infância de Laranjal do Jarí - Sala de Reuniões da Fundação Jarí. Posse do Defensor Público Eduardo Lorena Gomes Vaz no Conselho Tutelar; Palestra realizada pela Defensora Luma Pacheco sobre a Lei nº 11.340/2006 para condenados em violência doméstica; Realização de círculo restaurativo em parceria com o CREAS e o NUPEMEC com os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de meio aberto, local CREAS - Laranjal do Jarí; Palestra sobre a lei n. 11.340/2006 para condenados em violência doméstica. Também foi concedida entrevista na rádio Laranjal FM das 09hrs até 11h45minhrs, no dia 23/02/2020 e outras demandas e atividades ao longo do trimestre.

**NÚCLEO REGIONAL DE OIAPOQUE:** participou da Rede Acolher do Oiapoque (Mulheres, deficientes, crianças e adolescentes) na sede do Ministério Público, assim como no evento de Inauguração da sala Maria da Penha no CIOSP do Oiapoque com presença de inúmeras autoridades. Esteve presente no Curso intensivo de justiça restaurativa fornecido pelo TJAP e sob a coordenação da juíza da comarca e no curso de educação em direitos, realizado pela ADEPAP com palestra do Defensor Público de Rondônia Fábio Roberto nos dias 12 e 13/03/2020.

**NÚCLEO DE TARTARUGALZINHO:** participou da reunião do Conselho Tutelar, e por fim temos **NÚCLEO REGIONAL DE VITÓRIA DO JARÍ:** Realização de visitas Institucionais na Casa Acolhimento de Crianças e Adolescentes de Laranjal do Jarí/AP; CREAS de Vitória do Jarí/AP e Visita Institucional no Conselho Tutelar de Vitória do Jarí/AP.

<b>PROGRAMA: 0076 - GESTÃO DO FUNDO ESPECIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ - FUNDEPAP</b>	
<b>OBJETIVO:</b>	O FUNDEPAP tem como objetivo a qualificação profissional de membros e servidores da DPE-AP, com políticas públicas, através de investimento ao capital humano, com participações em eventos, seminários e programas de formação continuada, garantido qualidade aos serviços públicos.
<b>PÚBLICO ALVO:</b>	Membros e servidores da Defensoria Pública
<b>JUSTIFICATIVA:</b>	Necessidade de aplicação dos recursos arrecadados pelo Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado do Amapá-FUNDEPAP, previsto na Lei Complementar nº 0086/2014 e alterações, tem como finalidade captar recursos para que sejam executados na concepção, desenvolvimento, viabilização, execução de planos, programas e projetos de aprimoramento e reaparelhamento dos serviços afetos a DPE-AP; implementação de tecnologia de controle de tramitação dos feitos judiciais e administrativos, com uso de informática, microfilmagem, reprografia e outros procedimentos tecnológicos; com participação com entidades científicas, educacionais e culturais, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, na promoção de eventos que tenham por fim oferecimentos de oportunidades e atualização, ao aperfeiçoamento e à especialização de Recursos Humanos da Defensoria Pública do Estado; desenvolvimento de ações direcionadas ao aperfeiçoamento dos Defensores Públicos e servidores.
<b>EIXO ESTRATÉGICO:</b>	Eixo 5 - Outros Poderes, mais MPE, TCE e DPE

#### Análise do Status do Programa

PPA 2020 (R\$)	Dotação Inicial OGE 2020 (R\$)	Dotação Atualizada OGE 2020 (R\$)	Realizado 2020 (R\$)	Execução %	Status do programa
200.000,00	200.000,00	200.000,00	-	0,00	Em andamento

**Análise do Programa:** O programa Gestão do Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado do Amapá - FUNDEPAP, teve como dotação inicial o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), este valor foi inicialmente disponibilizado em duas naturezas de despesas, 339039 (Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Jurídica) e 449052 (Material Permanente). No mês de Janeiro/2020 foi sancionada a Lei nº 2.492 de 21 de janeiro de 2020, que alterou a Lei Estadual nº 2.386, de 21 de novembro de 2018, modificando a repartição da receita tributária e incluindo a Defensoria Pública do Estado do Amapá no rol de destinatários da Taxa Judiciária, Art. 1º A Lei nº 2.386, de 21 de novembro de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações, IV - 8,17% (oito inteiros e dezessete décimos por cento) ao Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado do Amapá – FEDPAP. No primeiro trimestre não se teve execução do programa.

#### Quadro de Avaliação Física e Financeira das Ações

Ação	Financeiro			Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dotação Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	Execução %		Programado	Executado	Execução %
<b>2024 - Gestão e Reaparelhamento da DPE-AP - FUNDEPAP</b>	200.000,00	-	-	Unidade	1	0	0,00

**Análise da Ação:** Esta ação tem com fim o reaparelhamento da Sede e Núcleos Regionais da Defensoria Pública propiciando o aumento da qualidade do serviço prestado ao cidadão, ao mesmo tempo em que se cria um ambiente organizacional mais agradável e motivador para os membros e servidores da Defensoria Pública. Oferecimento de cursos de pós-graduação (especialização, MBA e mestrado), cursos de informática, cursos da área jurídica e treinamentos em geral aos membros e servidores da Defensoria Pública; realização de palestras; participação em encontros, seminários, simpósios, fóruns e outros eventos de interesse da Instituição; realização de visitas técnicas a outras instituições; aquisição de acervo bibliográfico e livros didáticos. Realizar o pagamento de despesas referentes à manutenção e ampliação de contratos com fornecedores, aquisição de materiais de consumo, passagens aéreas, concessão de suprimentos de fundos, ampliação e reforma das unidades físicas. Não houve notas de liquidação no primeiro trimestre.

**Nota Explicativa:** Ressaltamos que a meta física programada nesta ação e que consta no PPA 2020-2023 necessita-se de correção, em decorrência de lançamento equivocado junto ao Sistema SSAFE, ao qual o indicador informado está relacionado ao quantitativo de unidades atendidas com o orçamento do FUNDEPAP, onde se lê: Meta Física Programada: 1; Leia-se: Meta Física Programada/Ano: 12 unidades mantidas. Esta correção será feita quando o cronograma de ajustes do PPA esteja disponível